



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 011 da Sessão Ordinária nº 011, de
26 de fevereiro de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE**,
4 **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA** e **ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros
5 **ALOÍSIO CHAVES** e **CEZAR COLARES**; bem como a presença da Procuradora- Chefe do Ministério
6 Público junto ao TCM-PA, **ELIZABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal
7 de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do
8 Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Adriana Oliveira em substituição ao Conselheiro
9 Cezar Colares, nos termos da Portaria nº 0240/2013. Convocada a Auditora Márcia Costa em
10 substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves, nos termos da Portaria nº 0202/2013. Convocado o Auditor
11 Alexandre Cunha para proposição de voto, nos termos da Resolução nº 10.249/2011. A seguir, a
12 Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro
13 aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir
14 sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão 007/13. Em
15 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os
16 processos. **Processo nº 200012007-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação**
17 **de Contas de 2007; Responsável Jaime da Silva Barbosa; 5ª Controladoria; Procuradora Elisabeth**
18 **Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.341, de**
19 **21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
20 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio recomendando a não aprovação das contas, com
21 remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
22 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação da prestação de contas da Câmara*
23 *Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro dos Santos,*
24 *que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias os seguintes valores: ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-*
25 *13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pago a maior aos Vereadores, pelo descumprimento do art. 37,*
26 *XI da CF/88, e ato fixador; ao FUMREAP: 1 – R\$-500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento do art.*
27 *50, II da LRF, com fundamento no art. 120-A, II da LO/TCM/PA". Em votação:* a Conselheira Rosa
28 Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora Márcia Costa e o Conselheiro José Carlos Araújo
29 acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira
30 acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência
31 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

32 da Câmara Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro
33 dos Santos, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tesouro Municipal, o valor de R\$-
34 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pago a maior aos Vereadores, pelo descumprimento do art. 37,
35 XI da CF/88 e ,**por maioria**, ao FUMREAP o valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pelo
36 descumprimento do art. 50, II da LRF, com fundamento no art. 120-A, II da LO/TCM/PA. Vencida a
37 Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira. **Processo nº 350022008-00; Câmara**
38 **Municipal de Irituia; Prestação de Contas de 2008; Responsável José Ribamar da Silva; 1ª**
39 **Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheira Rosa Hage; Publicado no**
40 **DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Retirado de Pauta. **Processos nº 120022010-00; Câmara**
41 **Municipal de Baião; Prestação de Contas de 2010; Responsável Ronilson dos Santos Lopes; 5ª**
42 **Controladoria; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no**
43 **DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
44 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos
45 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
46 proferiu seu **VOTO**: *“pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Baião,*
47 *exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Ronilson dos Santos Lopes, que deverá recolher aos*
48 *Cofres Municipais, devidamente atualizado no prazo de 15 dias, o valor de R\$-9.592,38 (nove mil,*
49 *quinhentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), referente a conta “Agente Ordenador”. E as*
50 *seguintes multas: 1 - Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de*
51 *Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº*
52 *7.368 de 29 de dezembro de 2009. 1.1 - R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art.*
53 *120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de*
54 *contas do 3º quadrimestre. 1.2 – R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a título de multa, pelo não recolhimento*
55 *dos encargos patronais no exercício. – R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de multa, pelo*
56 *descumprimento do artigo 29-A, caput da CF/88. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério*
57 *Público Estadual”.* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora
58 Márcia Costa e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira
59 Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação
60 de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
61 não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Baião, exercício de 2010, de
62 responsabilidade do Sr. Ronilson dos Santos Lopes, que deverá recolher, no prazo de 15 dias
63 devidamente atualizado, aos Cofres Municipais, o valor de R\$-9.592,38 (nove mil, quinhentos e noventa
64 e dois reais e trinta e oito centavos), referente a conta “Agente Ordenador”, bem como encaminhar



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

65 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** multas ao FUMREAP: 1.1 - R\$ 3.500,00
66 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal,
67 pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; 1.2 – R\$1.000,00 (hum mil
68 reais), pelo não recolhimento dos encargos patronais no exercício; 1.3 – R\$-2.000,00 (dois mil reais),
69 pelo descumprimento do artigo 29-A, caput da CF/88. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora
70 Adriana Oliveira quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. **Processos nº 200022007-00; Câmara**
71 **Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas de 2007; Responsável Pedro Ribeiro dos**
72 **Santos; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda;**
73 **Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
74 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com
75 remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
76 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação da prestação de contas da Câmara*
77 *Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro dos Santos,*
78 *que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias ,os seguinte valores: Ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-*
79 *13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pago a maior aos Vereadores, pelo descumprimento do art. 37,*
80 *XI da CF/88, e ato fixador. Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal*
81 *de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2007), as seguintes*
82 *multas: 1 – R\$-500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento do art. 50, II da LRF ,com fundamento*
83 *no art. 120-A, II da LO/TCM/PA."* **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José,
84 a Auditora Márcia Costa e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A
85 Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira acompanharam o Relator, porém divergiram quanto
86 a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
87 decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Arari,
88 exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro dos Santos, que deverá recolher no prazo de
89 15 (quinze) dias ao Tesouro Municipal: 1 – R\$-13.200,00 (treze mil e duzentos reais), pagos a maior aos
90 Vereadores, pelo descumprimento do art. 37, XI da CF/88, e ato fixador. **Por maioria:** recolher ao
91 FUMREAP: 1 – R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pelo descumprimento do art. 50, II da LRF,
92 com fundamento no art. 120-A, II da LO/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora
93 substituta de Conselheiro Adriana Oliveira quanto a multa ao FUMREAP. **Processos nº 910022010-**
94 **00; Câmara Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas de 2010; Responsável João Patriocínio**
95 **Filho; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda;**
96 **Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
97 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

98 remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
99 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas da Câmara*
100 *Municipal de Curionópolis, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. João Patrocínio Filho, que*
101 *deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias os seguinte valores: Ao tesouro municipal: 1 –*
102 *R\$155.250,00 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais), pelo pagamento irregular de*
103 *diárias. 2 – R\$30,73 (trinta reais e setenta e três centavos), pelo valor lançado à conta "Agente*
104 *Ordenador". Ao Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas*
105 *dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2010), as seguintes multas: 3 –*
106 *R\$5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre fora do prazo*
107 *legal; não atendimento a solicitação de esclarecimento a divergência entre o saldo financeiro final do*
108 *exercício de 2009 e o saldo inicial do exercício de 2010, e da divergência entre os meios documental e*
109 *eletrônico no lançamento das Transferências entre Unidades Gestoras; não apropriação e recolhimento*
110 *das obrigações patronais; não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes*
111 *em descumprimento ao art. 50, II da LRF, lançamento na conta Agente Ordenador no valor de R\$ 30,73*
112 *(trinta reais e setenta e três centavos), e não encaminhamento do ato de fixação de diárias com*
113 *fundamento no art. 120-A, II da LO/TCM/PA. Cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público*
114 *Estadual". Em votação:* A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora Márcia Costa
115 e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a
116 Auditora Adriana Oliveira acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao
117 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
118 aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Curionópolis, exercício de 2010, de
119 responsabilidade do Sr. João Patrocínio Filho, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias ao
120 Tesouro Municipal: 1 – R\$-155.250,00 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais), pelo
121 pagamento irregular de diárias; 2 – R\$-30,73 (trinta reais e setenta e três centavos), pelo valor lançado
122 à conta "Agente Ordenador", sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
123 Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP: 3 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa da prestação de
124 contas do 3º quadrimestre fora do prazo legal; não atendimento a solicitação de esclarecimento a
125 divergência entre o saldo financeiro final do exercício de 2009 e o saldo inicial do exercício de 2010, e
126 da divergência entre os meios documental e eletrônico no lançamento das Transferências entre
127 Unidades Gestoras; não apropriação e recolhimento das obrigações patronais; não repasse ao INSS da
128 totalidade das contribuições retidas dos contribuintes em descumprimento ao art. 50, II da LRF,
129 lançamento na conta "Agente Ordenador", no valor de R\$-30,73 (trinta reais e setenta e três centavos),
130 e não encaminhamento do ato de fixação de diárias com fundamento no art. 120-A, II da LO/TCM/PA.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

131 Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira quanto a multa ao FUMREAP. **Processos**
132 **nº 203982007-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Arari;** Prestação de Contas de
133 2007; Responsável Socorro de Fátima Figueiredo Athar de Oliveira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria
134 Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.341, de**
135 **21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
136 autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, devendo ser enviada remessa de cópia dos autos
137 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
138 seu **VOTO:** “*pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do*
139 *Arari, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Socorro de Fátima Figueiredo Athar de Oliveira,*
140 *que deverá recolher ao Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de*
141 *Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº*
142 *7.368 de 29 de dezembro de 20095, de multas no valor de: 1 – R\$7.463,31 (sete mil quatrocentos e*
143 *sessenta e três reais e trinta e um centavos), com fundamento no art. 56, LO/TCM/PA, e*
144 *correspondente a 2% das despesas realizadas sem os processos licitatórios que totalizou R\$373.195,48*
145 *(trezentos e setenta e três mil cento e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos). 2 -*
146 *R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) pela não apropriação dos encargos patronais e recolhimento*
147 *da contribuição retidas dos servidores. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público*
148 *Estadual”* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora Márcia Costa
149 e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a
150 Auditora Adriana Oliveira acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao
151 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não
152 aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Arari, exercício de
153 2007, de responsabilidade da Sra. Socorro de Fátima Figueiredo Athar de Oliveira, com encaminhamento
154 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: 1 – R\$-7.463,31 (sete
155 mil, quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos), com fundamento no art. 56,
156 LO/TCM/PA; 2 - R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pela não apropriação dos encargos patronais
157 e recolhimento da contribuição retidas dos servidores. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora
158 Adriana Oliveira quanto a multa ao FUMREAP. **Processos nº 762752005-00; Fundo Municipal de**
159 **Saúde de São Félix do Xingu;** Prestação de Contas de 2006; Responsável Marinalva Ferreira Coelho;
160 2ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Auditor convocado Sérgio Dantas;
161 **Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Retirado de Pauta. Às dez horas e dois minutos, a
162 Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processos nº 843122003-00; FUNPREV**
163 **do Município de Tucuruí;** Prestação de Contas de 2003; Responsável Robson Tavares Gonçalves;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

164 Auditor Leonardo Macieira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor convocado para
165 proposição de voto José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.342, de 22.02.2013.
166 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
167 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu
168 sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
169 pela não aprovação da prestação de contas. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a
170 Presidência da Sessão. **Processo nº 143032008-00; Agência Distrital de Outeiro; Prestação de**
171 **Contas de 2008; Responsável Elinaldo Sena Teixeira (janeiro a maio) e Edriano João Costa**
172 **Ferreira(junho a dezembro); 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro**
173 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
174 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com
175 ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**:
176 *"pela aprovação da prestação de contas da Agencia Distrital de Outeiro, exercício de 2008, de*
177 *responsabilidade do Sr. Elinaldo Sena Teixeira (Janeiro a Maio), em favor do qual deverá ser expedido o*
178 *competente alvará de quitação das quantias ordenadas. E pela reprovação das contas da agencia*
179 *Distrital de Outeiro, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Edriano João Costa Ferreira (Junho a*
180 *Dezembro), sem prejuízo do recolhimento ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e*
181 *Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade*
182 *com o artigo 56 da LO/TCM-PA, com base no art. 120-A, item II do RI/TCM, da multa de R\$ 1.500,00*
183 *(mil e quinhentos reais), pela realização de despesas sem processo licitatório no montante de R\$-*
184 *66.298,20 (sessenta e seis mil duzentos e noventa e oito reais e vinte centavos)".* **Em votação:** a
185 Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Auditora Márcia Costa e o Conselheiro José Carlos
186 Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira
187 acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência
188 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da
189 Agência Distrital de Outeiro, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Elinaldo Sena Teixeira
190 (Janeiro a Maio), em favor do qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação das quantias
191 ordenadas; e pela não aprovação das contas da Agência Distrital de Outeiro, exercício de 2008, de
192 responsabilidade do Sr. Edriano João Costa Ferreira (Junho a Dezembro), **por maioria**, sem prejuízo do
193 recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pela realização de
194 despesas sem processo licitatório, no montante de R\$-66.298,20 (sessenta e seis mil duzentos e
195 noventa e oito reais e vinte centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Auditora Adriana Oliveira.
196 **Processo nº 201107957-00 (353502007-0); Fundo Municipal de Assistência Social de**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

197 **Irituia; Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão do Acórdão nº 20.833, de 18.05.2011,**
198 **prestação de contas de 2007; Interessado Antônio de Jesus Macias; 1ª Controladoria; Procuradora -**
199 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage, com pedido de vista ao**
200 **Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão Plenária do dia 30.08.2012; Publicado no DOE nº**
201 **32.227, de 24.08.2012.** O Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO Vista:** "*voto no sentido*
202 *de conhecer do recurso de reconsideração sob análise, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo*
203 *na íntegra a decisão recorrida*". **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antônio José e a
204 Auditora Adriana Oliveira acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo e a
205 Auditora Márcia Costa acompanharam o Voto Vista. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
206 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do presente Recurso para, no mérito, dar provimento, a fim
207 de reformar a decisão contida no Acórdão nº 20.833/2011, apenas no que diz respeito a aplicação da
208 multa, desobrigando a responsável pelo pagamento da mesma, por falta de amparo legal. Vencido o
209 Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro José Carlos Araújo e a Auditora Márcia Costa, quanto o
210 conhecimento parcial do Recurso mantendo a multa. **Processo nº 1080012001-00 (200908711-**
211 **00); Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte; Recurso de Reconsideração interposto contra a**
212 **decisão da Resolução nº 9.227, de 06.11.2008, prestação de contas de 2001; Interessado José**
213 **Francisco da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no**
214 **DOE nº 32.342, de 22.02.2013** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
215 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria
216 foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "*pelo conhecimento e*
217 *provimento parcial ao RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, para afastar a falha apontada pela remessa*
218 *intempestiva dos RGF's do 1º e 2º Quadrimestres, bem como para reduzir a multa imposta, fixando-a*
219 *no montante de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), mantendo-se inalterados os demais termos da*
220 *decisão anterior prolatada, conforme consta da Resolução n.º 9.227/2008, para emitir Parecer Prévio,*
221 *recomendando àquela Câmara Municipal a não aprovação das contas prestadas por JOSÉ FRANCISCO*
222 *DA SILVA, referentes ao exercício financeiro de 2001, da Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte,*
223 *mantendo-se o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências de*
224 *alçada*". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio
225 José, a Auditora Adriana Oliveira e a Auditora Márcia Costa acompanharam a Relatora. O Conselheiro
226 José Carlos Araújo divergiu da Relatora e votou pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A
227 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo conhecimento e provimento
228 parcial ao Recurso de Reconsideração, para afastar a falha apontada pela remessa intempestiva dos
229 RGF's do 1º e 2º Quadrimestres, bem como para reduzir a multa imposta, fixando-a no montante de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

230 R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), mantendo-se inalterados os demais termos da decisão anterior
231 prolatada, conforme consta da Resolução nº 9.227/2008, para emitir parecer prévio, recomendando
232 àquela Câmara Municipal a não aprovação das contas prestadas por José Francisco da Silva, referentes
233 ao exercício financeiro de 2001, da Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte, mantendo-se o
234 encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada. Vencido o
235 Conselheiro José Carlos Araújo quanto o não provimento do Recurso. **Processo nº 383982003-00**
236 **(201110253-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Jacundá;** Recurso de Revisão
237 interposto contra a decisão do Acórdão nº 20.009, de 24.06.2010, prestação de contas de 2003;
238 Interessado Adão Ribeiro Soares; 6ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;
239 Relatora – Auditora Substituta Márcia Costa; **Publicado no DOE nº 32.342, de 22.02.2013.**
240 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
241 manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**.
242 A Relatora proferiu sua proposta de **VOTO**: “*pelo não conhecimento do Recurso de Revisão interposto*
243 *contra a decisão do Acórdão nº 20.009, de 24.06.2010, prestação de contas de 2003*”. **Em votação:** A
244 Conselheira Rosa Hage divergiu da Auditora Relatora e votou pelo conhecimento e não provimento do
245 Recurso. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Auditora, na íntegra. Em seguida, a Conselheira
246 Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Às dez horas e cinquenta e dois minutos, a Conselheira Mara Lúcia
247 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 200918351-00; Centro de Valorização da**
248 **Criança;** Prestação de Contas do Convênio n 032/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII;
249 Interessada Numa Dias de Freitas; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -
250 Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo
251 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
252 favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
253 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
254 aprovação da prestação de contas do Centro de Valorização da Criança - CVC, referente ao Convênio nº
255 032/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de
256 Naum Dias de Freitas, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-20.160,00 (vinte mil, cento e
257 sessenta reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
258 **200916410-00; Centro Espírita Jardim das Oliveiras;** Prestação de Contas do Convênio nº
259 **018/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII;** Interessado Liége Maria Negrão Frota de Almeida;
260 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE**
261 **nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
262 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro
Espírita Jardim das Oliveiras, referente ao Convênio nº 018/2009, firmado com a Fundação Papa João
XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Liége Maria Negrão Frota de Almeida, o
respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-21.920,00 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais).
Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200914234-00;**
Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis; Prestação de Contas do Convênio nº
039/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Interessada Maria José Simões; 4ª Controladoria;
Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da
prestação de contas do Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis, referente ao Convênio
nº 039/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor
de Maria José Simões, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais).
Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200912634-00;**
Grupo Assistencial Solar do Acalanto; Prestação de Contas do Convênio nº 015/2009, firmado com
a Fundação Papa João XXIII; Interessada Ana Maria Nascimento Araújo; 4ª Controladoria; Procuradora
Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação
das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação
de contas do Grupo Assistencial Solar do Acalanto, referente ao Convênio nº 015/2009, firmado com a
Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de Ana Maria Nascimento
Araújo, o respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). Ausência, por
ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200912358-00; Associação da**
Pia União do Pão de Santo Antonio; Prestação de Contas do Convênio nº 010/2009, firmado com a
Fundação Papa João XXIII; Interessados Armínia Conceição Santos Souza; 4ª Controladoria;
Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da
prestação de contas da Associação da Pia União do Pão de Santo Antônio, referente ao Convênio nº



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

296 010/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de
297 Armínia Conceição Santos de Souza, o respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-50.400,00
298 (cinquenta mil e quatrocentos reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos
299 Araújo. **Processo nº 200911079-00; Escola Comunitária do Bairro do Tapanã; Prestação de**
300 **Contas do Convênio nº 017/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Interessado Maria Socorro**
301 **Pacheco de Souza; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio**
302 **José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.341, de 21.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
303 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
304 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
305 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Escola
306 Comunitária do Bairro do Tapanã, referente ao Convênio nº 017/2009, firmado com a Fundação Papa
307 João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Maria do Socorro Pacheco de Souza, o
308 respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Ausência, por
309 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201004115-00 (02.03.2010);**
310 **Centro Comunitário Sol Nascente; Prestação de Contas do Convênio nº 038/2010, firmado com a**
311 **Secretaria Municipal de Educação; Interessada – Maria Petrolina Bentes Dias; 7ª Controladoria;**
312 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Auditor José Alexandre Cunha; Publicado no DOE**
313 **nº32.342, de 22.02.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201004090-00 (02.03.2010);**
314 **Associação dos Moradores Mrada de Deus I e II; Prestação de Contas do Convênio nº 012/2010,**
315 **firmado com a Secretaria Municipal de Educação; 7ª Controladoria; Interessados Maria do Socorro**
316 **Queiroz Ferreira; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor convocado José Alexandre**
317 **Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. Processo nº 201004128-00; Centro Comunitário Passagem**
318 **Cruzeiro Unidos com o Pantanal; Prestação de Contas do Convênio nº 002/2010, firmado com a**
319 **Secretaria Municipal de Educação; Interessados Luiz Carlos da Silva Pena; 7ª Controladoria; Procuradora**
320 **Elisabeth Salame Silva; Relator – Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE**
321 **nº 32.342, de 22.02.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201004251-00; Associação dos**
322 **Moradores do Bairro da Terra Firme; Prestação de Contas do Convênio nº 016/2010, firmado com a**
323 **Secretaria Municipal de Educação; Interessados Valdenice de Nazaré Alves Melo; 7ª Controladoria;**
324 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa.**
325 **Retirado de Pauta. Processo nº 201204385-00; Instituto de Previdência e Assistência dos**
326 **Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria -Portaria nº 041/12, de 01.03.2012;**
327 **Interessados Martinha Nazaré Santos dos Santos; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora –**
328 **Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

329 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Contrato. A matéria foi colocada **em**
330 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
331 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 041/2012, de 01 de março de 2012, que trata da
332 aposentadoria voluntária por tempo de contribuição da Sra. Martinha Nazaré Santos dos Santos, no
333 cargo de Professor Nível II, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais
334 de R\$-1.475,45 (um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Ausência,
335 por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201204386-00; Instituto**
336 **de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria-**
337 **Portaria nº 039/12, de 01.03.2012; Interessados Vânia Maria Jacques de Oeiras; Procuradora Maria Inez**
338 **Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
339 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada
340 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
341 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 039/2012, de 01 de março de 2012, que
342 trata da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição da Sra. Vânia Maria Jacques de Oeiras, no
343 cargo de Professor Nível III, fundamentada no art. 6º da EC n. 41/03, com proventos mensais integrais
344 de R\$-1.588,95 (hum mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos). Ausência, por
345 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201213779-00; Instituto de**
346 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria- Portaria**
347 **nº 100/12, de 01.08.2012; Interessada Maria das Graças Soares Ribeiro; Procuradora – Maria Regina**
348 **Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
349 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada
350 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
351 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 100/2012, de 01 de agosto de 2012, às
352 fls. 02, que trata da aposentadoria da Sra. Maria das Graças Soares Ribeiro, no cargo de Auxiliar
353 Municipal fundamentada no art. 40, § 1º, inciso III, alínea 'b', da CF/88, com redação dada pela EC
354 n.41/03, com proventos mensais proporcionais de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), sofrendo
355 este valor atualização automática, face o novo salário mínimo vigente. Ausência, por ocasião de
356 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201213780-00; Instituto de Previdência**
357 **e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria -Portaria nº 101/12, de**
358 **01.08.2012; Interessados Nanci Brandão Tavares; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora –**
359 **Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
360 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em**
361 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

362 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 101/2012, de 01 de agosto de 2012, que trata da
363 aposentadoria voluntária por tempo de contribuição da Sra. Nanci Brandão Tavares, no cargo de
364 Professor Nível I, fundamentada no art. 6º da EC nº 41/03, com proventos mensais integrais de
365 R\$1.194,32 (um mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos). Ausência, por ocasião de
366 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201204382-00; Instituto de Previdência**
367 **e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria -Portaria nº 037/12, de**
368 **01.03.2012; Interessados Nilza Mara de Oliveira Leal; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relatora –**
369 **Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
370 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em**
371 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
372 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 037/2012, de 01 de março de 2012, que trata da
373 aposentadoria voluntária da Sra. Nilza Maria de Oliveira Leal, no cargo de Técnico Municipal,
374 fundamentada no art. 6º da EC 41/03, com proventos mensais integrais de R\$-808,60 (oitocentos e oito
375 reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
376 **Processo nº 201204383-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do**
377 **Município de Ananindeua; Aposentadoria- Portaria nº 040/12, de 01.03.2012; Interessado Maria**
378 **José Barbosa do Carmo; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo
379 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
380 registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**.
381 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria n.
382 040/2012, de 01 de março de 2012, que trata da aposentadoria voluntária da Sra. Maria José Barbosa
383 do Carmo, no cargo de Auxiliar Municipal, fundamentada no art. 40, § 1º, inciso III, alínea 'b', da
384 Constituição Federal, com proventos mensais proporcionais de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois
385 reais), sofrendo este valor, atualização automática, face novo salário mínimo vigente. Ausência, por
386 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201206205-00; Instituto de**
387 **Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Pensão -Portaria nº**
388 **0053/12, de 02.04.2012; Interessado Jonas Gomes Lima, viúvo de ex-segurada Tereza Vila Nova Lima;**
389 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental,
390 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A
391 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
392 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0053/2012, de
393 02.04.2012, que concede pensão em favor de Jonas Gomes Lima, com fundamento no artigo 40, § 7º,
394 I, da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$-653,10 (seiscentos e cinquenta e três reais e dez



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

centavos), sofrendo este valor atualização automática, face o salário mínimo vigente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201104377-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Pensão – Portaria nº 0181/11, de 16.02.2011; Interessados Aldenise Franco Vilça, viúva e Miriam da Conceição Xavier Brito, companheira, do ex-servidor inativo Antônio de Araújo Vilça; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0181/11, de 16.02.2011. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201109565-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Pensão – Portaria nº 0501/11, de 09.05.2011; Interessado Tereza de Jesus Fonseca da Silva, Viúva do ex-servidor inativo José Maria Nascimento da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0501/2011, de 09.05.2011. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201119656-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Pensão – Portaria nº 1293/11, de 16.11.2011; Interessado Eliete Barata das Neves, Filha menor da ex servidora inativa Elvina Barata das Neves; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201205477-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Pensão – Portaria nº 017/12, de 26.03.2012; Interessado Lilian Janina Pantoja de Santana, filha maior inválida da ex -servidora inativa Maria Ferreira Pantoja; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 017/2012, de 26.03.2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201208593-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Muaná; Pensão – Portaria nº 011/12, de 25.04.2012; Interessado Euridice Farias dos Santos, cônjuge do servidor inativo Raimundo Cornélio dos Santos; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Auditor convocado Sérgio Dantas.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201105995-00; ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria -Resolução nº 008/2011, de 23.03.2011; Interessado Karen Sabença Passos; Procuradora**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

428 – Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de Pauta. Em
429 seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do Processo de nº 43: **Processo nº**
430 **201217427-00; Câmara Municipal de Salinópolis; Resolução nº 003/2012, que fixa os subsídios**
431 dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Márcio Wanderson Soares da Cruz;
432 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o
433 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da
434 Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
435 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da
436 Resolução nº 002/2012, de 20/09/2013, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores do
437 Município de Salinópolis, para a legislatura 2013/2016. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
438 José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do Processo de nº 45:
439 **Processo nº 201215943-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari; Lei nº 095/2012, que**
440 fixa os subsídios do Prefeito Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013/2016;
441 Interessado Jaime da Silva Barbosa; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditora
442 substituta de Conselheiro Adriana Oliveira. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
443 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi
444 colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
445 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 095/2012. Ausência, por
446 ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220765-00; Câmara**
447 **Municipal de Bagre; Resolução nº 02/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura**
448 2013/2016; Interessado Rubnilson Farias Lobato; Procuradora – Maria Regina Cunha; Relatora –
449 Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
450 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A
451 matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
452 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva, da Resolução nº
453 02/2012, nos termos do voto da Relatora. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos
454 Araújo. **Processo nº 201300461-00; Câmara Municipal de Barcarena; Resolução que fixa os**
455 subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016; Interessado Luiz Costa Leão; Procuradora
456 Maria Regina Cunha; Relatora – Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira. Cumprindo
457 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
458 cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A
459 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com
460 ressalva, da Resolução nº 233/2012, nos termos do voto da Relatora. Ausência, por ocasião de votação,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

461 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217174-00; Câmara Municipal de Cachoeira**
462 **do Arari; Resolução nº 022/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores e do Vereador Presidente, para**
463 **a legislatura 2013/2016; Interessado Odirvaldo Avelar; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora**
464 **– Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
465 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A
466 matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
467 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 022/2012.
468 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220420-00;**
469 **Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari; Resolução nº 001/2012, que fixa os subsídios dos**
470 **Vereadores e do Vereador Presidente, para a legislatura 2013/2016; Interessado Elias Serur Parduail**
471 **Júnior; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Auditora substituta de Conselheiro Adriana Oliveira.**
472 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
473 manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora
474 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
475 cadastramento da Resolução nº 001/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos
476 Araújo. Às onze horas e vinte minutos, a Conselheira Rosa Hage assumiu a Presidência da Sessão. Em
477 seguida, houve inversão de pauta para o julgamento do Processo de nº 36 e 37: **Processo nº**
478 **201106985-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Contratos de Servidores Temporários;**
479 **Interessado Antônio Ozíris Assis de Souza e outros; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**
480 **Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
481 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento da Resolução. A matéria foi
482 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
483 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos por prazo determinado nº
484 05, e 09 ao 23/2011, para os cargos de Enfermeira e Auxiliar de Serviços Gerais, com vigência de
485 04/04/2011 a 04/04/2012, e Agente de Controle de Endemias, com vigência de 04/04/2011 a
486 04/10/2011, celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Alenquer e Lilyane Nascimento
487 Oliveira e outros, com a recomendação de que a Prefeitura realize concurso público para os cargos em
488 análise; e pelo não registro dos Contratos por Tempo Determinado de nº 02 ao 04, e o 06 e 07/2012,
489 firmado com os servidores Antônio Ozíris Assis de Souza e outros para os cargos de Médico Auditor,
490 Médica Reguladora, Fisioterapeuta e Técnica em Biodiagnostico, com vigência de 04/04/2011 a
491 04/04/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro
492 Daniel Lavareda. **Processo nº 201207213-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Termos**
493 **Aditivos aos Contratos de Servidores Temporários; Interessado Júlio Cesar Imbiriba de Castro e outros;**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

494 Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental,
495 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento da
496 Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
497 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Termos Aditivos aos
498 Contratos por prazo determinado nº 11/09, com vigência de 01/04/12 a 30/10/2012, bem como os de
499 nº's 09, 05, 10, 12, 13 e 11/2011, com vigência de 05/04/2012 a 30/10/2012, para os cargos de
500 Médico, Auxiliar de Serviços Gerais e Enfermeira, celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de
501 Alenquer e Júlio Cesar Imbiriba de Castro e outros, com a recomendação de que a Prefeitura realize
502 concurso público para os cargos em análise; e pelo não registro do 1º Termo Aditivo ao Contrato por
503 Tempo Determinado de nº 02/2012, firmado com o servidor Antônio Oziris Assis de Souza para o cargo
504 de Médico Auditor, com vigência de 05/04/2012 a 30/10/2012. Ausência, por ocasião de votação, do
505 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201210605-00; Prefeitura Municipal de**
506 **Paragominas; Contratos Temporários; Interessada Auriclides Pereira de Souza e outros; Procuradora**
507 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de
508 Pauta. **Processo nº 201117627-00; Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará; Contratos**
509 **Temporários; Interessado Eloi Oliveira da Silva; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor**
510 **convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Retirado de Pauta. **Processo nº 200708835-00;**
511 **Fundação Papa João XXIII; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº**
512 **20.780/2011, que negou registro aos Contratos Temporários nº's 284, 161, 164 e 165/2007;**
513 **Interessado Maria da Silva Costa - Presidente; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor**
514 **convocado Sérgio Dantas.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201220172-00; Prefeitura Municipal de**
515 **Juruti; Contratos Temporários; Interessado Eloi Oliveira da Silva; Procuradora – Maria Inez Gueiros;**
516 **Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
517 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada
518 **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
519 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 1.041/2012, encaminhada pela
520 Prefeitura Municipal de Juruti, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais,
521 para a legislatura 2013-2016, nos importes de R\$-13.000,00 (treze mil reais); R\$ 9.000,00 (nove mil
522 reais) e R\$-6.000,00 (seis mil reais), respectivamente, com aplicação de multa pela não observância do
523 prazo legal para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso III, do art. 120-B, do
524 RITCM-PA, em seu percentual mínimo de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais), em desfavor do então
525 Prefeito Municipal, Ordenador responsável pelo encaminhamento. Ausência, por ocasião de votação, do
526 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300933-00; Prefeitura Municipal de Porto de**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

527 **Moz; Lei nº 694/2012, de 12.09.2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários**
528 **Municipais, para a legislatura 2013/2016; Interessado Edilson Cardoso de Lima; Procuradora – Maria**
529 **Regina Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
530 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da Resolução. A matéria foi
531 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
532 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 694/2012, encaminhada
533 pela Prefeitura Municipal de Porto de Moz, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários
534 Municipais, para a legislatura 2013-2016, nos importes de R\$-17.205,04 (dezessete mil, duzentos e
535 cinco reais e quatro centavos); R\$-12.043,53 (doze mil, quarenta e três reais e cinquenta e três
536 centavos) e R\$-3.441,01 (três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e um centavo), respectivamente.
537 Comunicar ao Prefeito Municipal que qualquer atualização no valor dos subsídios deverá obedecer o que
538 determinam o inciso XI, do artigo 37, além dos artigos 16 e 17, da Lei Complementar Federal n.º
539 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo essas despesas serem impugnadas por ocasião do
540 julgamento da prestação de contas, com aplicação de multa pela não observância do prazo legal para
541 encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso IV, do art. 120-B, do RITCM-PA, em seu
542 percentual mínimo de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do Ordenador responsável.
543 Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201220175-00;**
544 **Câmara Municipal de Juruti; Lei nº 1.042/2012, de 05.11.2012, que fixa os subsídios do Vereador -**
545 **Presidente e demais Vereadores, para legislatura 2013/2016; Interessado Sebastiana Evangelice de**
546 **Miranda Fonseca ; Procuradora – Maria Regina Cunha; Relator – Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo
547 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
548 cadastramento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
549 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
550 da Lei Municipal nº 1.042/2012, aprovada em 25.09.12, pela Câmara Municipal de Juruti e sancionada
551 pelo Prefeito Municipal, em 05.11.12, que fixa o valor do subsídio dos Vereadores para a próxima
552 legislatura, no importe de R\$-6.000,00 (seis mil reais), para todos os Edis, correspondentes a 30%
553 (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos termos do art. 29, VI, 'b', da
554 CF/88, com aplicação de multa em desfavor do então Prefeito Municipal, Ordenador responsável pelo
555 encaminhamento intempestivo, nos termos acima indicados, comunicando, por fim, ao atual Presidente
556 da Câmara Municipal de que qualquer atualização no valor do subsídio deverá obedecer o que
557 determinam os incisos I e II do §1º do art. 169 e a alínea "c", do inciso VI, o inciso VII, ambos do artigo
558 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além dos artigos 16 e 17, da
559 LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro José



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

560 Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e
561 relatou que recebeu em seu Gabinete o processo nº 200702502-00 de Cumarú do Norte, exercício
562 de 2007, o qual havia pedido vista e, posteriormente solicitado a reabertura da instrução
563 processual, todavia o processo de prestação de contas da Prefeitura do Município de Cumarú do
564 Norte já obteve decisão do Pleno desta casa, o que o impossibilita de dar prosseguimento ao feito.
565 Desta forma, solicitou autorização do Plenário para tomar duas medidas que entende
566 fundamentais, quais sejam: 1. determinar o arquivamento do processo pela perda do objeto, e 2.
567 encaminhar cópia dos autos ao Corregedor do TCM para apuração da responsabilidade de quem de
568 direito contribuiu para o atraso ocorrido. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
569 proclamou **a Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, acompanhando o voto do Relator, decidiu
570 determinar o arquivamento do processo, e encaminhar cópia dos autos ao Corregedor do TCM. Em
571 seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou fosse definida, em Matéria Administrativa, a
572 questão de jurisdição e competência dos Conselheiros para a realização de inspeção. A Conselheira
573 Rosa Hage pediu a palavra e sugeriu que fosse marcada uma Reunião Administrativa para tratar do
574 assunto, o que foi acatado pelos demais Conselheiros Presentes. **DISTRIBUIÇÃO DE**
575 **PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; 1) Processo nº 201014853-00 (VII vls);
576 Prefeitura Municipal de Pau D'Arco; Portarias que nomeiam Daniela da Silva Conceição e outros,
577 aprovados no Concurso Público nº 001/2009. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo
578 nº 200907460-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de João
579 Carlos do Nascimento das Neves. Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº
580 201205285-00; Origem: Instituto de Previdência do Município de Dom Eliseu; Assunto:
581 Aposentadoria de Maria Mercês da Silva Maria. 2) Processo nº 201119509-00; Instituto de
582 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Andiará Rangel
583 Vilela Pinheiro. 3) Processo nº 201207889-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de
584 Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Zenaide de Lima Queiroz. Relatora - Conselheira Mara
585 Lúcia; 1) Processo nº 201016043-00 (V vls); Prefeitura Municipal de Oriximiná; Contratos
586 temporários de Tarcízia Pinheiro Chagas e outros. 2) Processo nº 201211633-00; Fundo Municipal
587 de Saúde de Alenquer; Contrato temporário nº 25/2012, firmado com Clemilson Ricardo Leitão.
588 Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; 1) Processo nº 201210262-00; Instituto de
589 Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de Maria Ivanilda Cruz de Cristo. 2)
590 Processo nº 201212252-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de
591 Ana Célia Lima Silva. 3) Processo nº 201113810-00; Instituto de Previdência e Assistência do



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

592 Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria da Conceição Nery. 4) Processo nº
593 201212249-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
594 Aposentadoria de Braz Cavalcante Souza. 5) Processo nº 201212421-00; Instituto de Previdência e
595 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Nazaré do Socorro Gomes de
596 Almeida. 6) Processo nº 201215144-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
597 Belém – IPAMB; Aposentadoria de Lucimar Cravo Palhares. 7) Processo nº 201215684-00;
598 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Alex
599 Aquino Damasceno. 8) Processo nº 201216285-00; Instituto de Previdência e Assistência do
600 Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Raimunda Chagas Borges. 9) Processo nº
601 201217557-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
602 Aposentadoria de Raimunda de Fátima Mata Machado. 10) Processo nº 201217560-00; Instituto de
603 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Santiago David
604 Moreira. 11) Processo nº 201214242-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
605 Capanema; Pensão de Damião Francisco Pereira de Araújo. 12) Processo nº 201021083-00;
606 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Benedita Barbosa
607 de Vasconcelos. 13) Processo nº 201106100-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município
608 de Belém – IPAMB; Pensão de Ana Rosa Oliveira do Nascimento. 14) Processo nº 201203960-00;
609 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria do Socorro
610 de Sousa Cavalcante. 15) Processo nº 201204370-00; Instituto de Previdência e Assistência do
611 Município de Belém – IPAMB; Pensão de Manoel Leopoldo Teixeira Ribeiro. 16) Processo nº
612 201204371-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de
613 Arlete Diniz Guimarães. 17) Processo nº 201205782-00; Instituto de Previdência e Assistência do
614 Município de Belém – IPAMB; Pensão de Zanilda Maria de Oliveira e Silva. 18) Processo nº
615 201207802-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de
616 Maria das Graças Silva Sarmiento. 19) Processo nº 201211908-00; Instituto de Previdência e
617 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Janete da Silva Moraes. 20) Processo nº
618 201215750-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de
619 Ericina Rodrigues de Souza. 21) Processo nº 201215751-00; Instituto de Previdência e Assistência
620 do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Rejiane Maria Lima da Silva. 22) Processo nº
621 200903337-00 (VII vls); Prefeitura Municipal de Óbidos; Portarias que nomeiam Gerlane da Cruz
622 Lima e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2009. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS**




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

625 declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às doze horas e oito minutos da qual foi lavrada a presente
626 Ata.
627 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e seis de fevereiro
628 de dois mil treze.

Visto:



Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão


Conselheira **Rosa Hage**
Presidente da Sessão